



Instrumentos Territoriais no PT 2020: Lições da experiência

Conferência “Um Alto Minho Mais próximo dos cidadãos: balanço 2014-2020. Perspetivas e propostas de ação Alto Minho 2030”

Duarte Rodrigues

Vice presidente da
Agência para o Desenvolvimento e Coesão

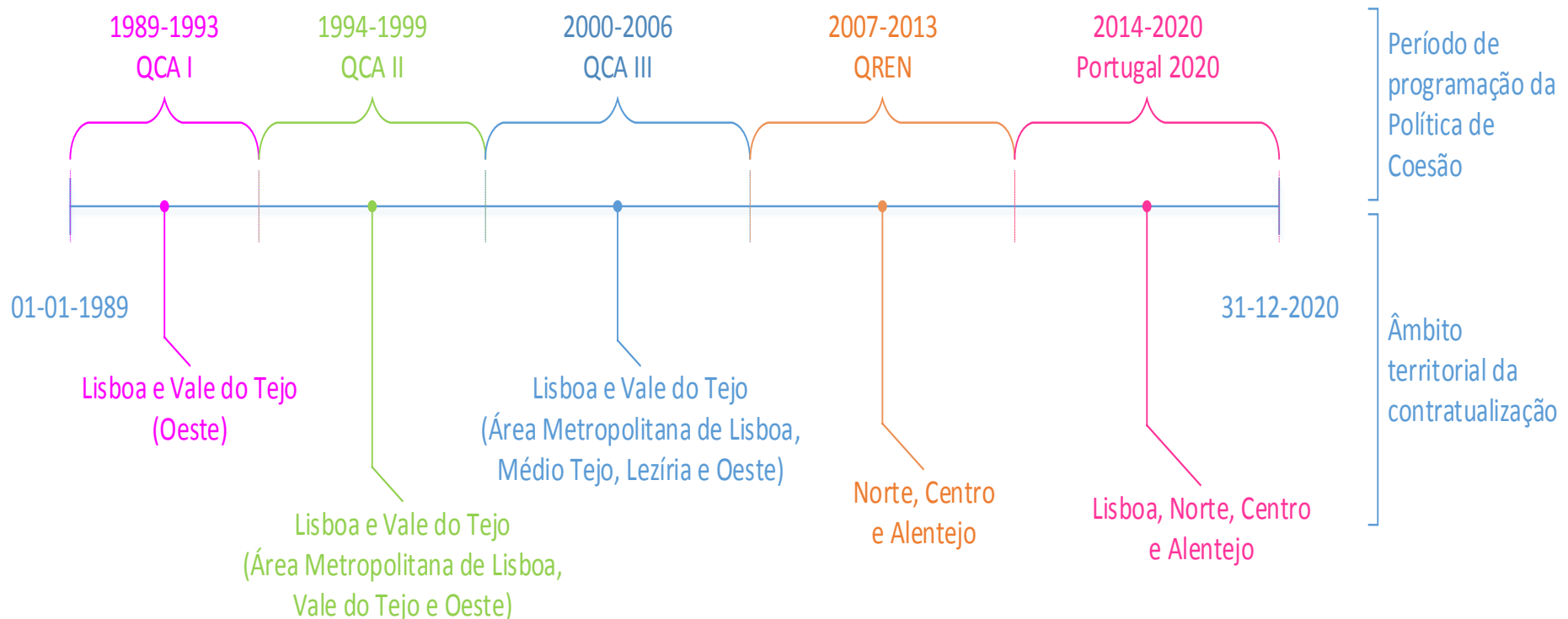
Monção, 10 de setembro de 2019

Cofinanciado por:



A Política de Coesão e a governança multinível em Portugal

Em Portugal, as políticas de desenvolvimento regional e, em particular, as abordagens integradas de desenvolvimento territorial têm estado ancoradas aos fundos da Política de Coesão (e.g. FEDER, FSE e Fundo de Coesão).



Abordagem PT 2020

EU2020

0

Acordo Parceria

Planos Ação Regionais

Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3)

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU):
Plano Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
Planos de Ação de Regeneração Urbana
Plano de Ação Integrado para Comunidades Desfavorecidas

Estratégia de Desenvolvimento Local

Planos de Ação de Regeneração Urbana (Centros complementares)

Supra Nacional

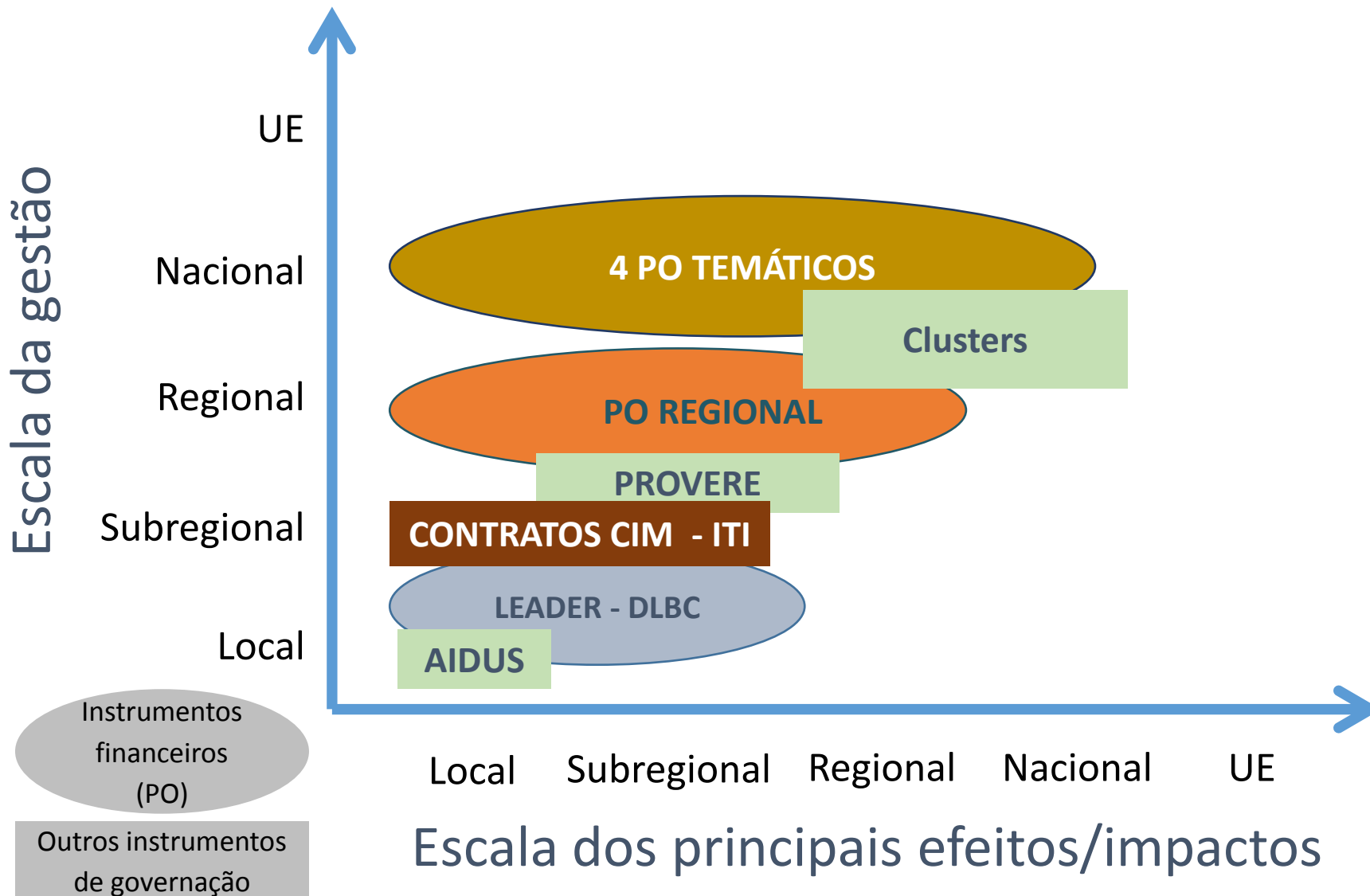
Nacional

Regional NUTS II

Sub-Regional CIM NUTS III

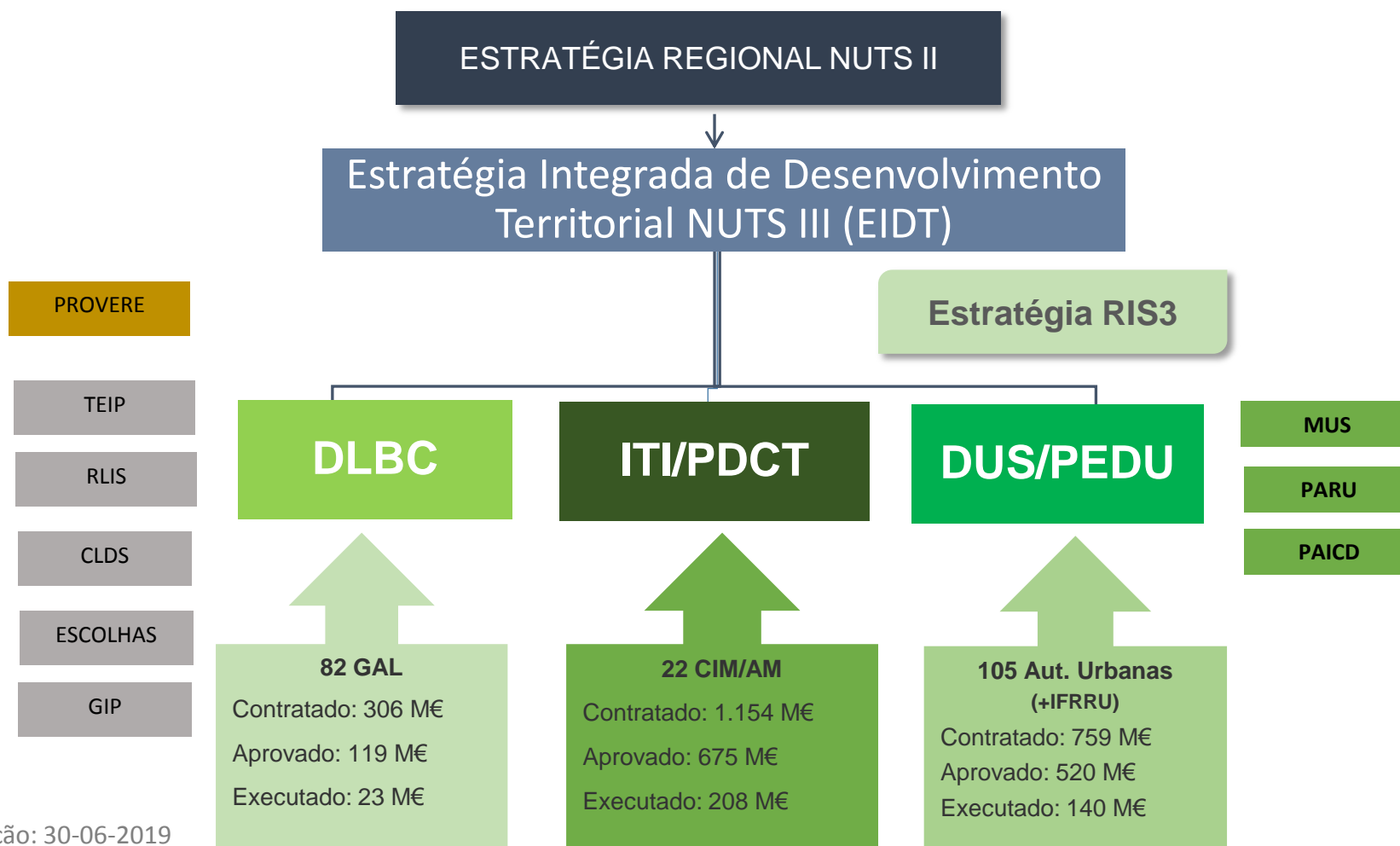
Municipal

Principais instrumentos: 2014-2020 Portugal 2020



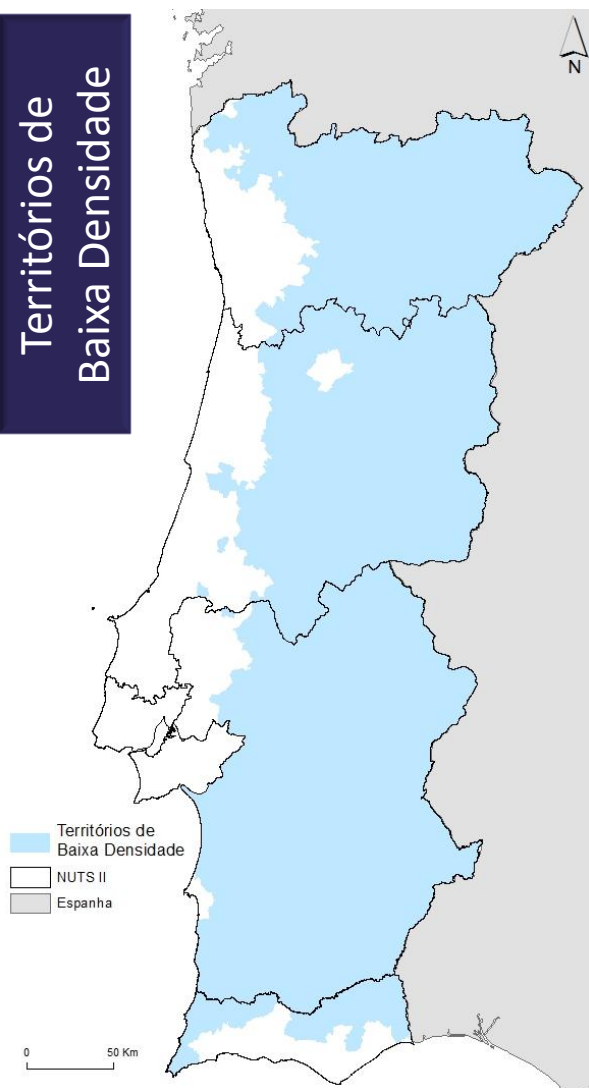
Estratégia e programação

A abordagem territorial no Portugal 2020 (NUTS II e III)

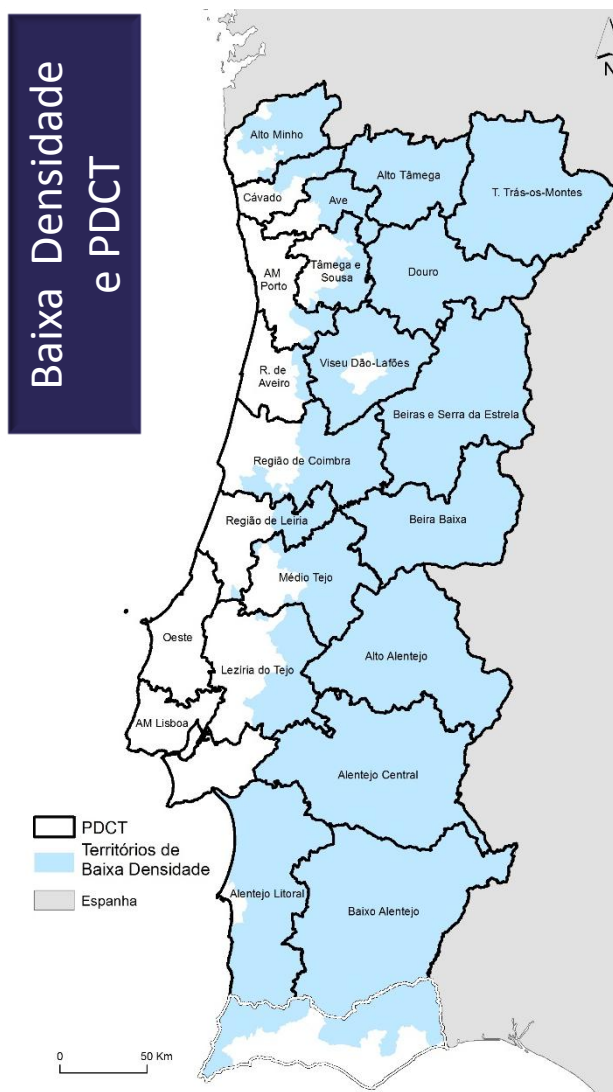


Operacionalização dos Instrumentos Territoriais

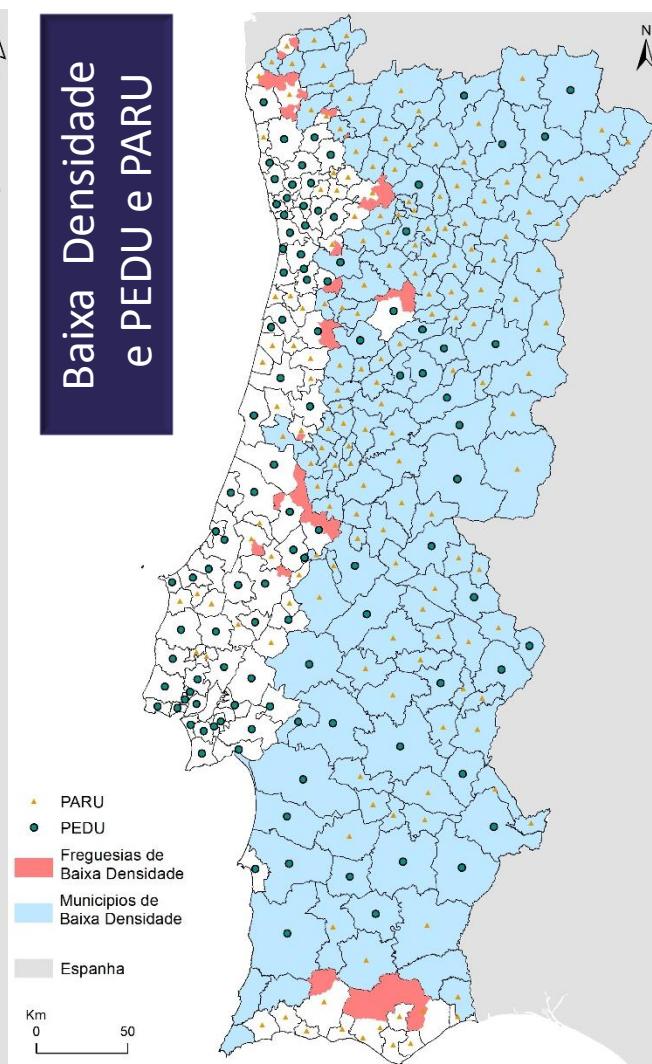
Territórios de Baixa Densidade



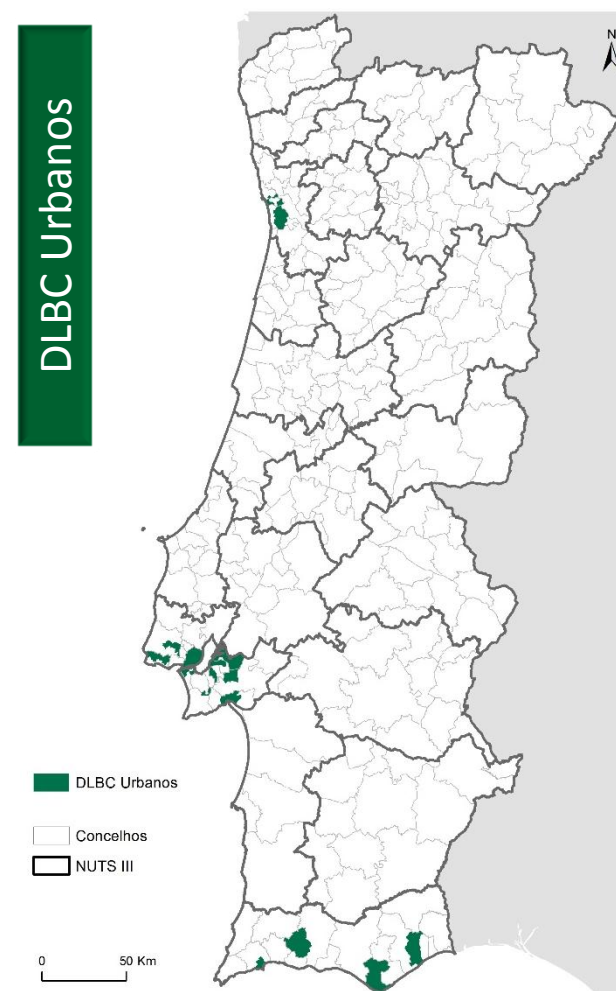
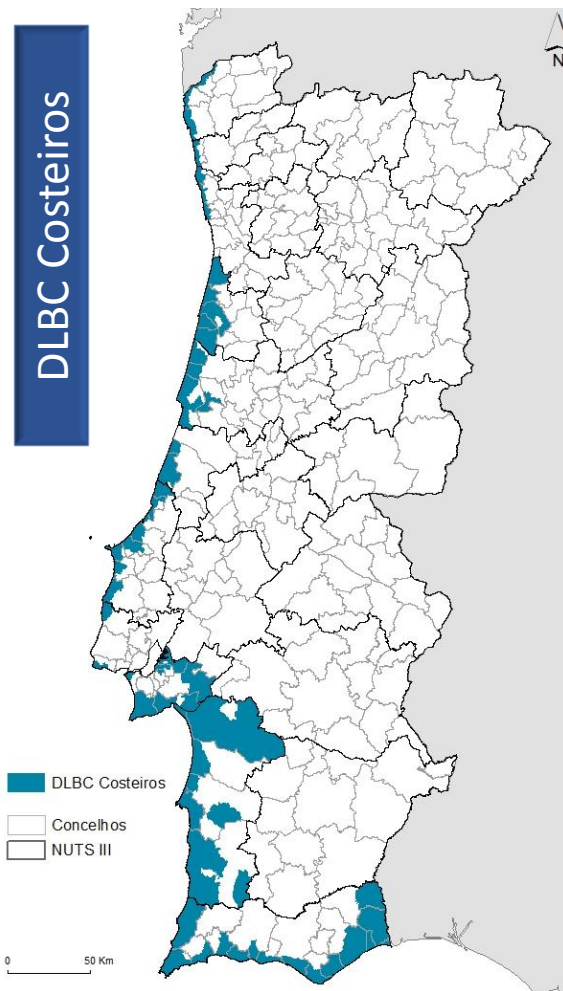
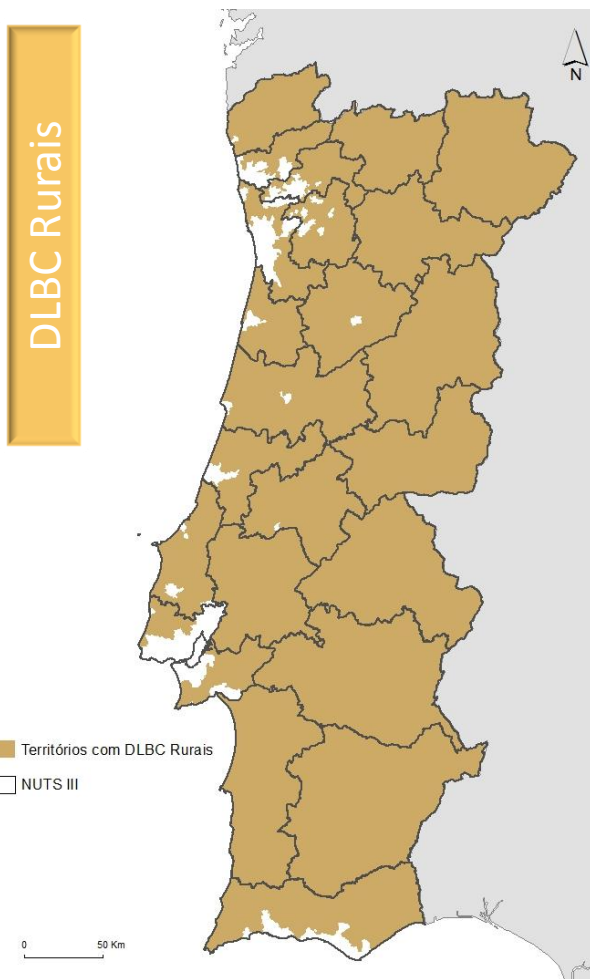
Baixa Densidade e PDCT



Baixa Densidade e PEDU e PARU



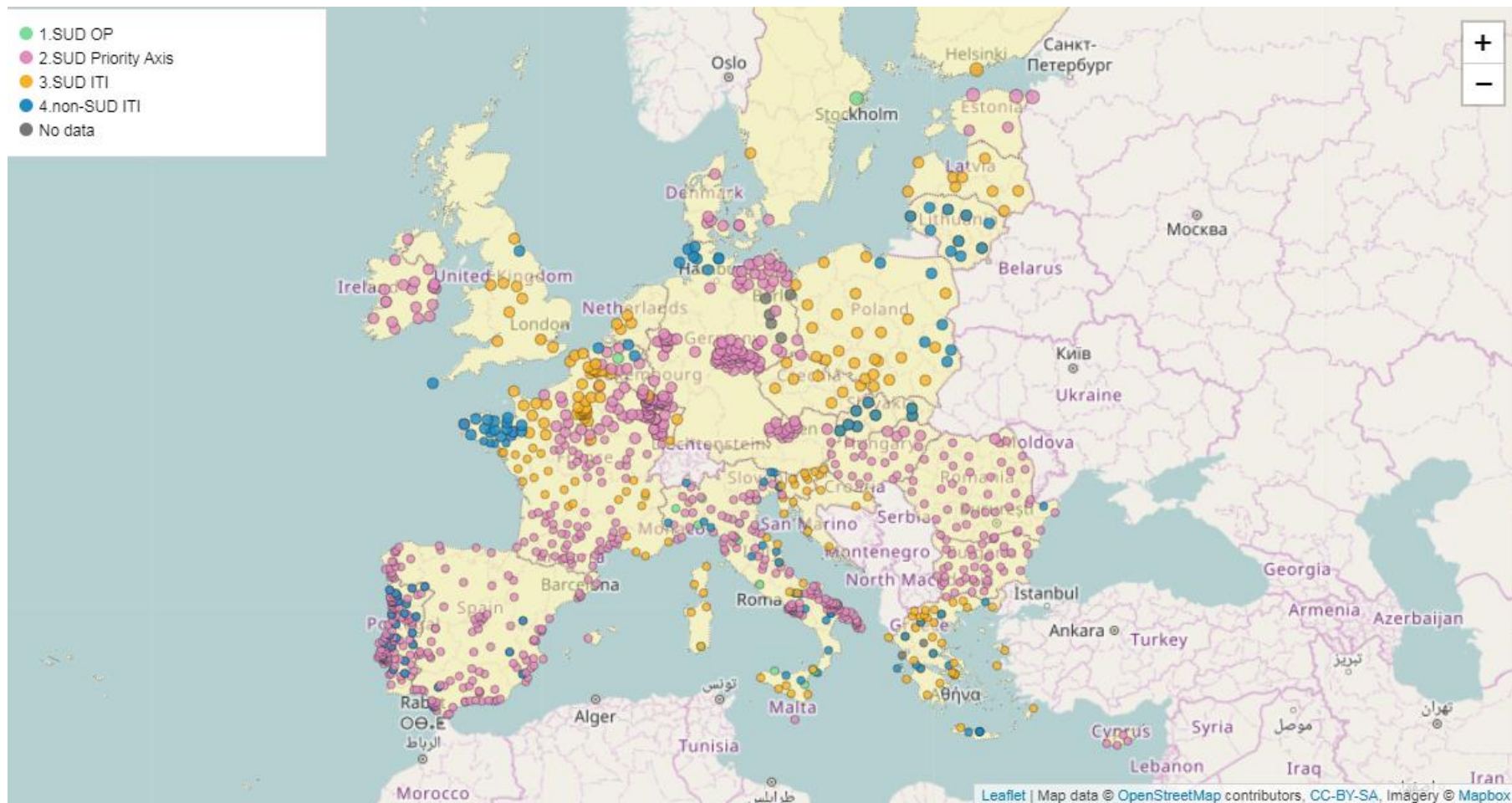
Operacionalização dos Instrumentos Territoriais



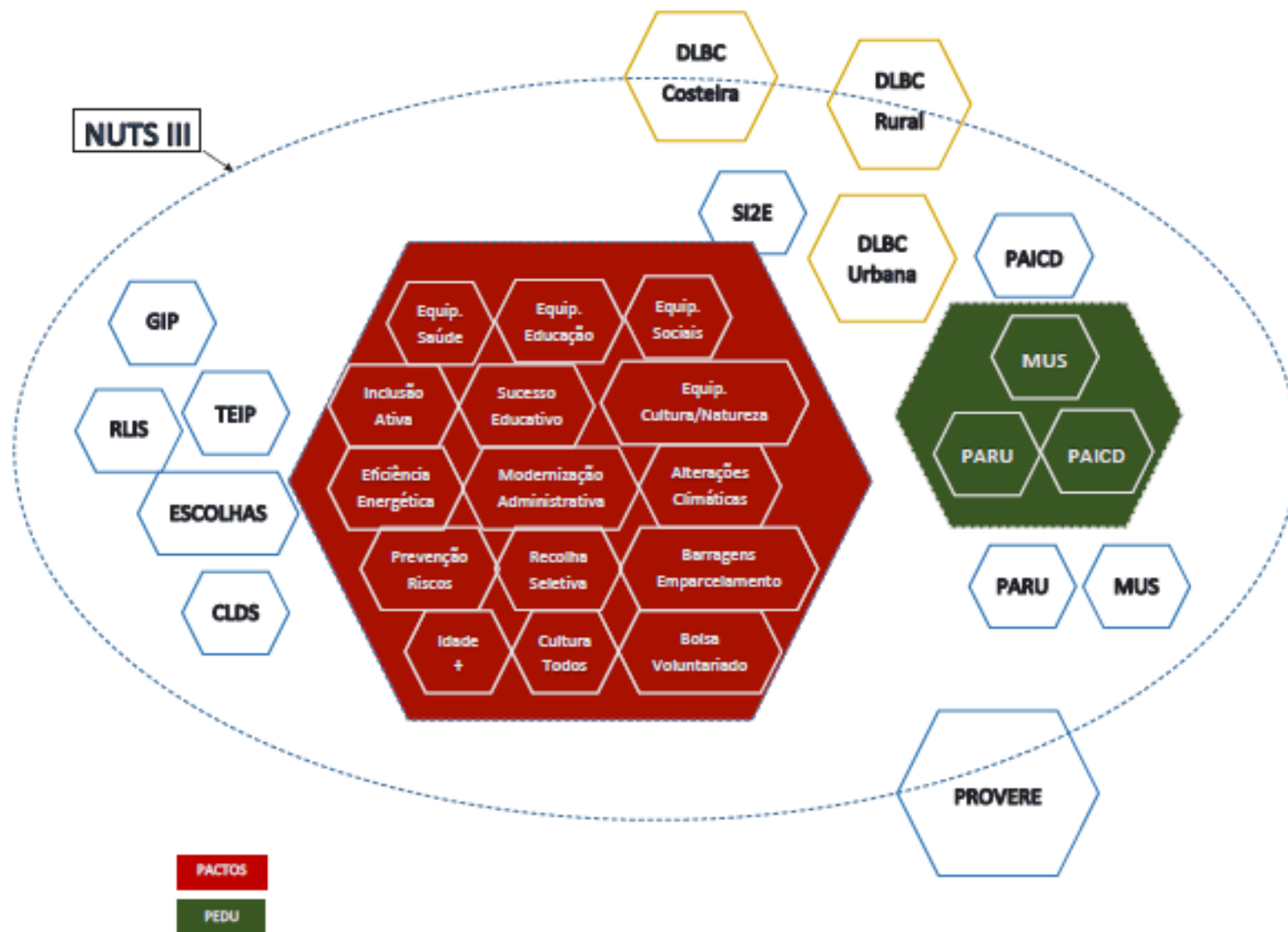
A abordagem territorial no Portugal 2020

Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU) na EU

Mecanismos de implementação: PO, EP ou ITI

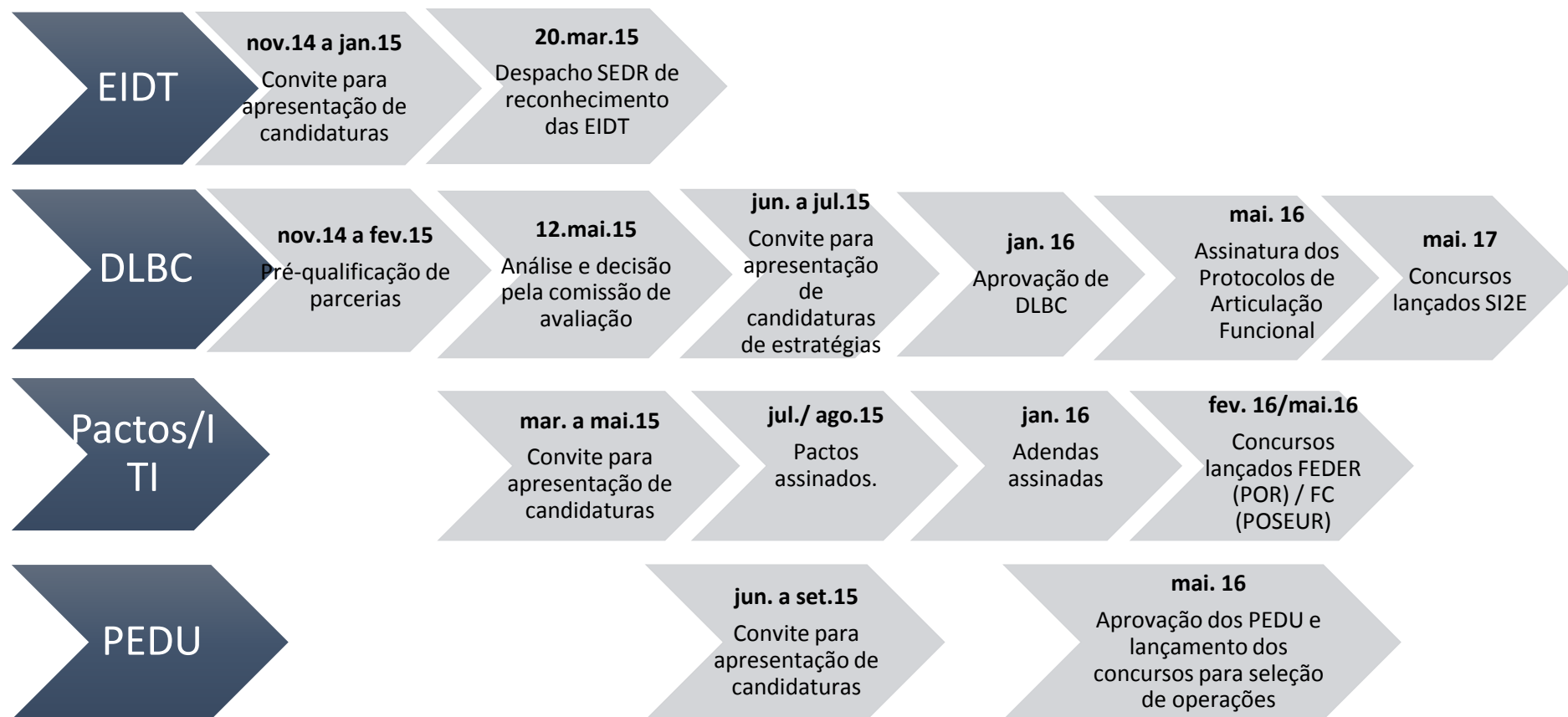


A abordagem territorial no Portugal 2020



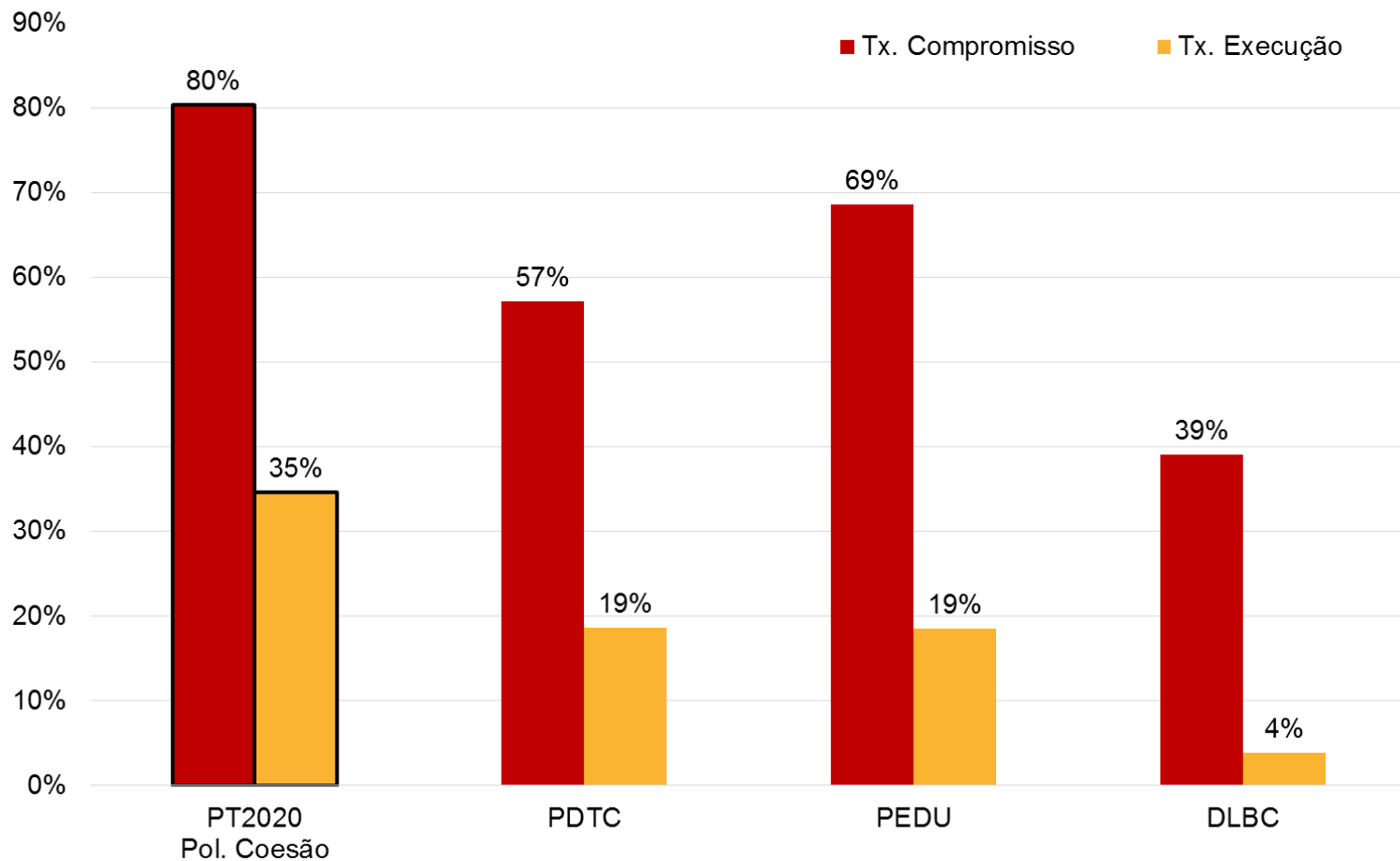
Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial no Portugal 2020

Calendário de implementação dos instrumentos territoriais



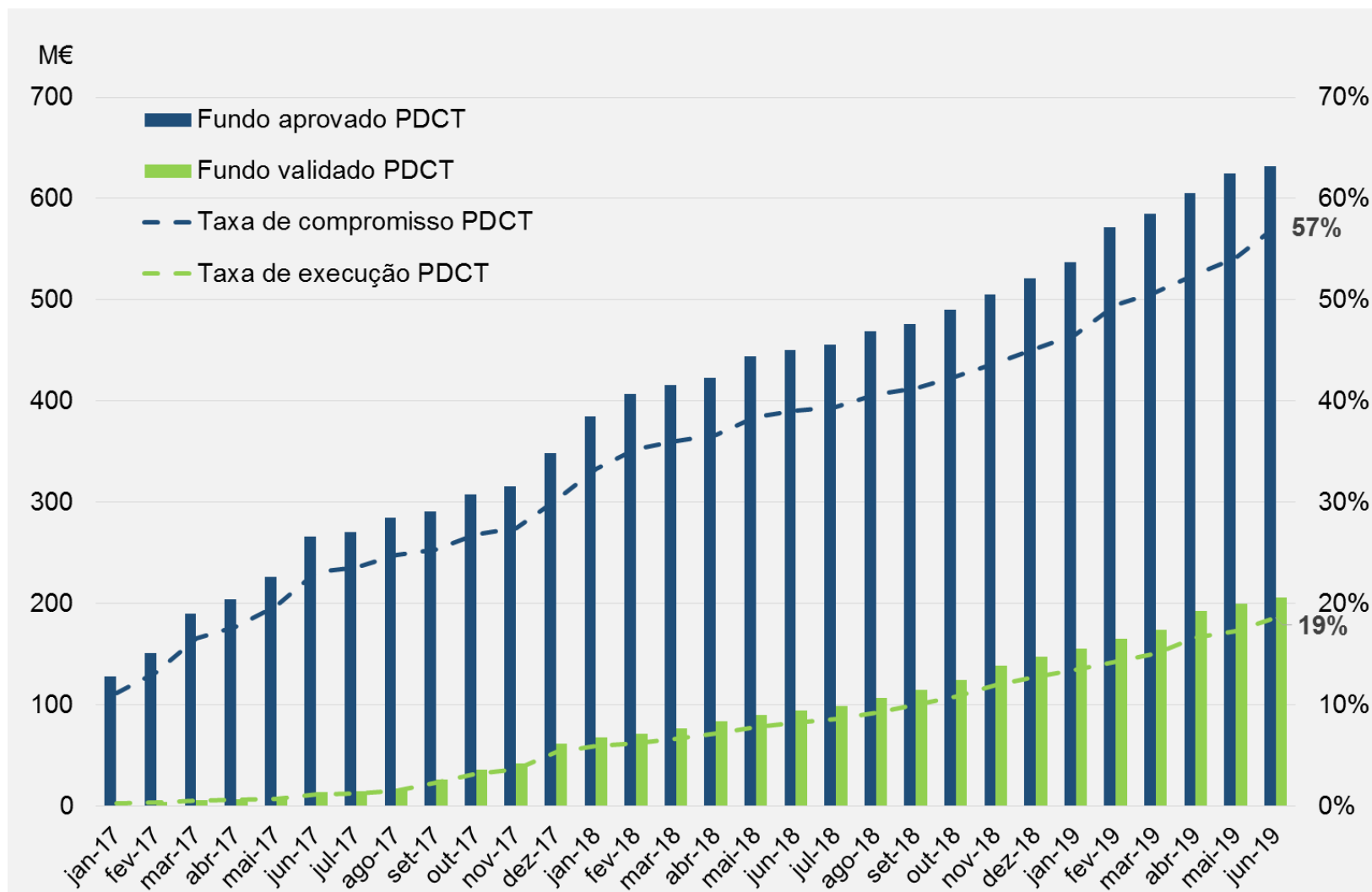
Instrumentos territoriais: Compromisso e execução (junho 2019)

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento territorial (acumulada a 30.junho.2019)



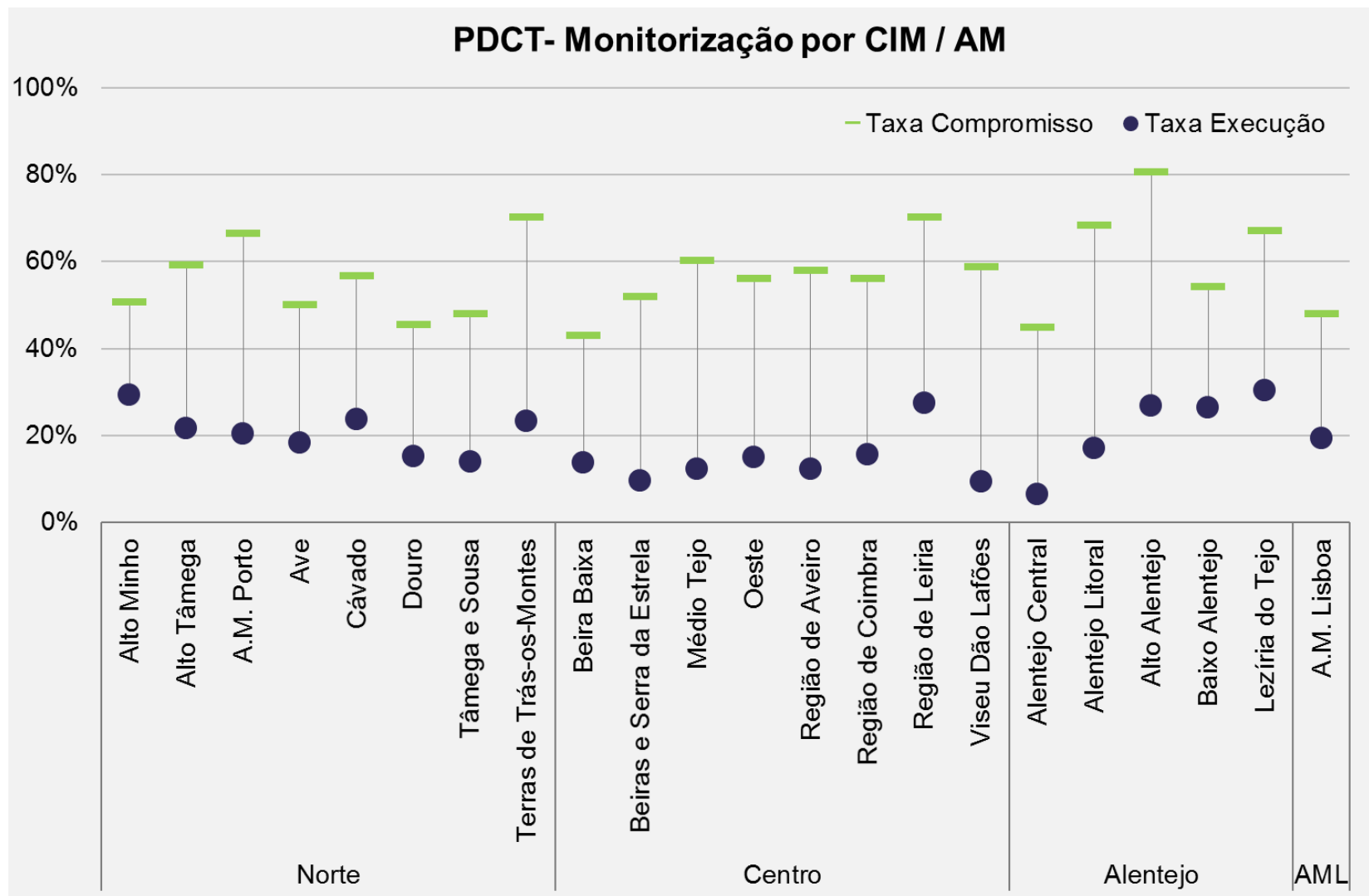
Zoom – PDCT

Evolução das aprovações e da execução



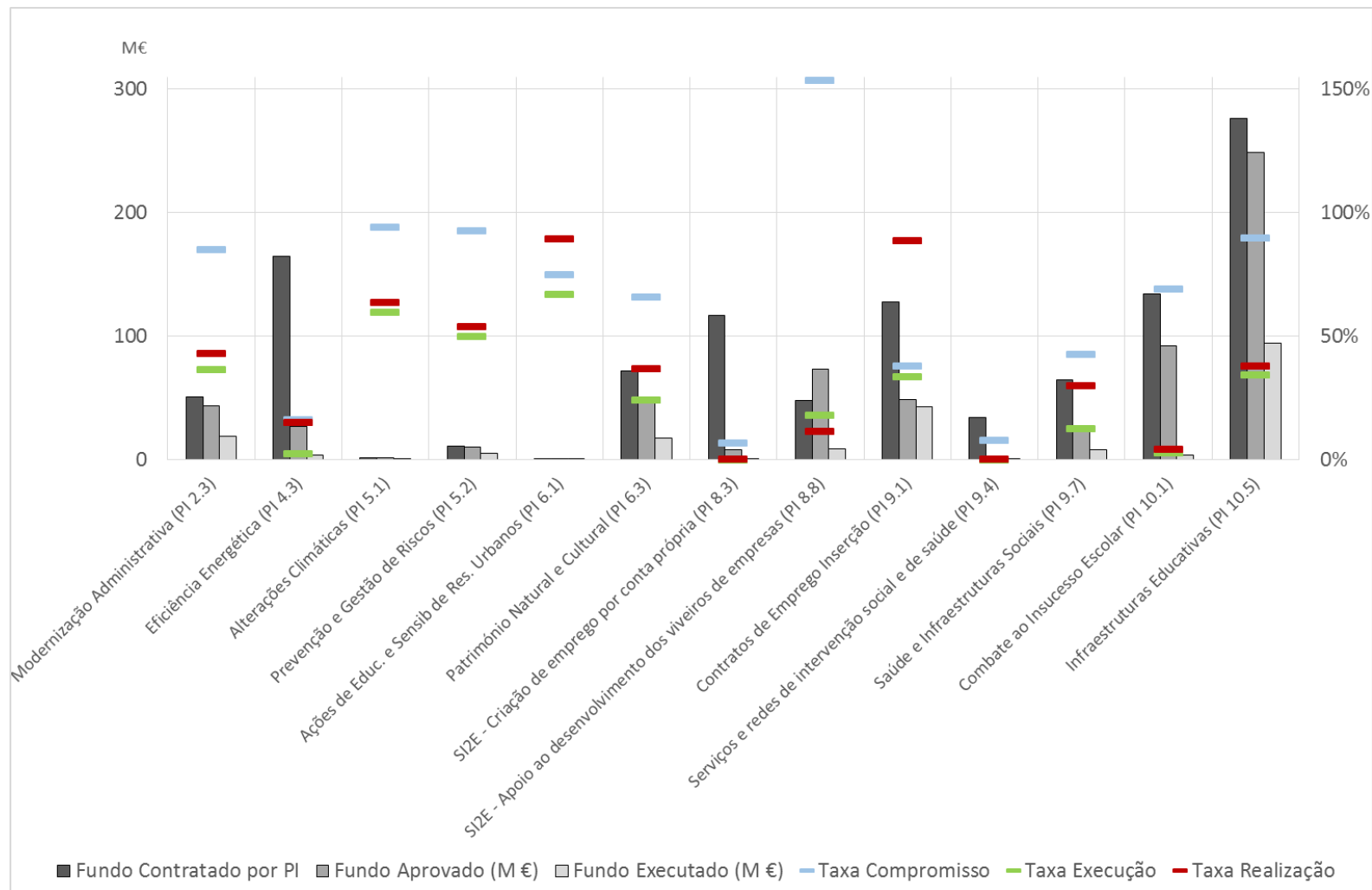
Zoom – PDCT

Ponto de situação do compromisso e execução (junho 2019)



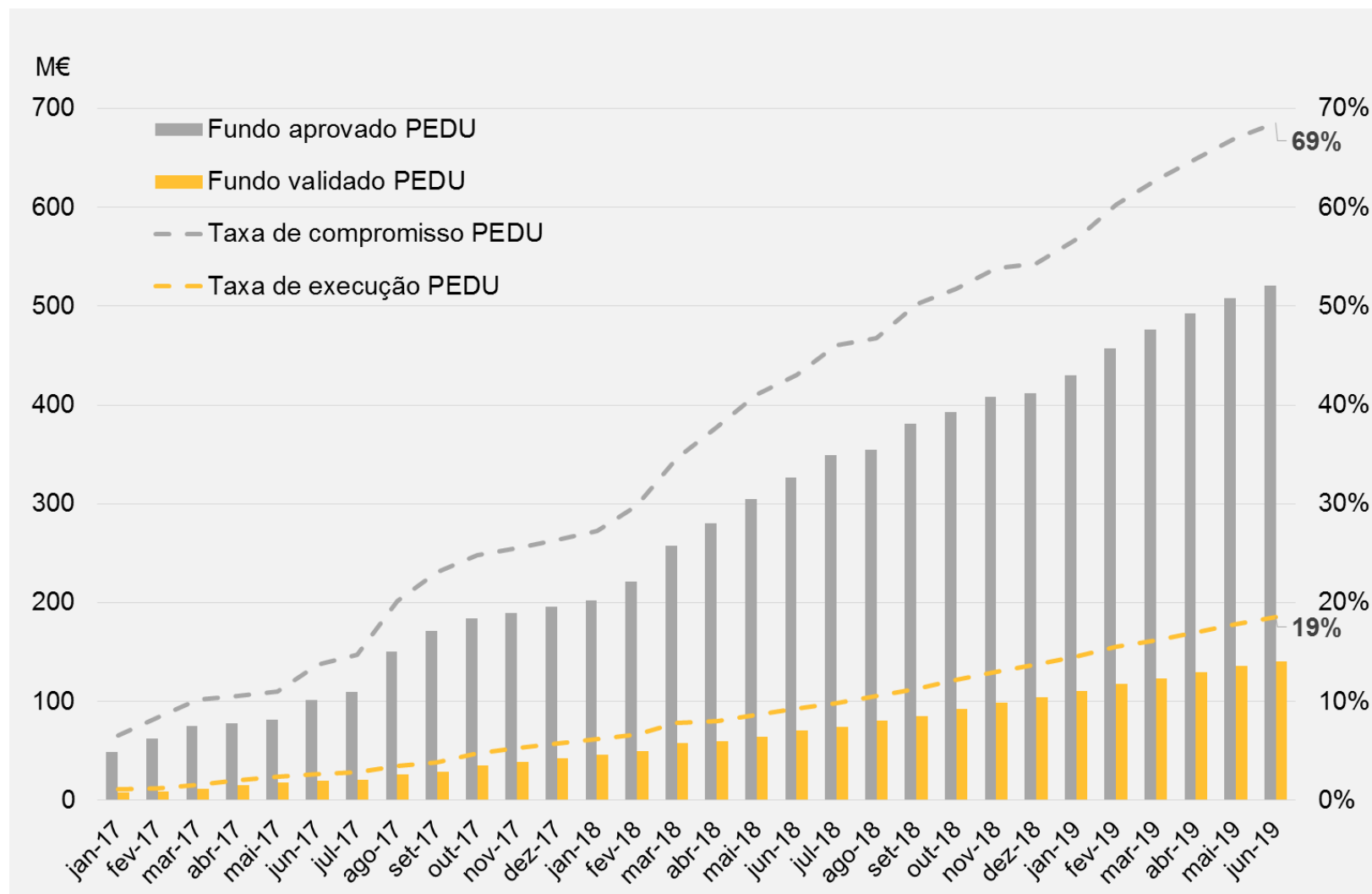
Instrumentos territoriais no Portugal 2020: Compromisso e execução (junho 2019)

ITI/PDCT – Monitorização por PI (junho.2019)



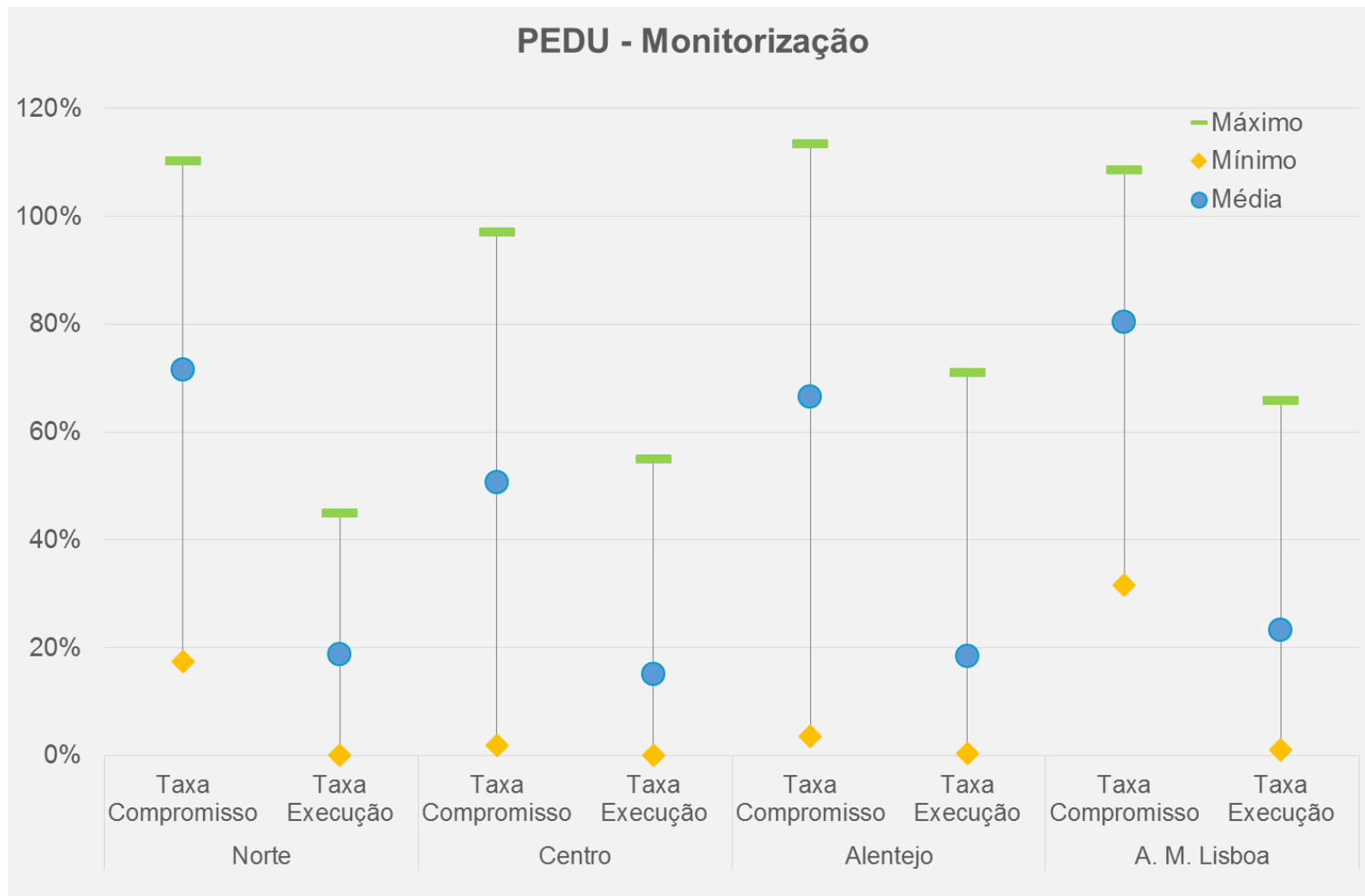
Zoom – PEDU

Evolução das aprovações e da execução



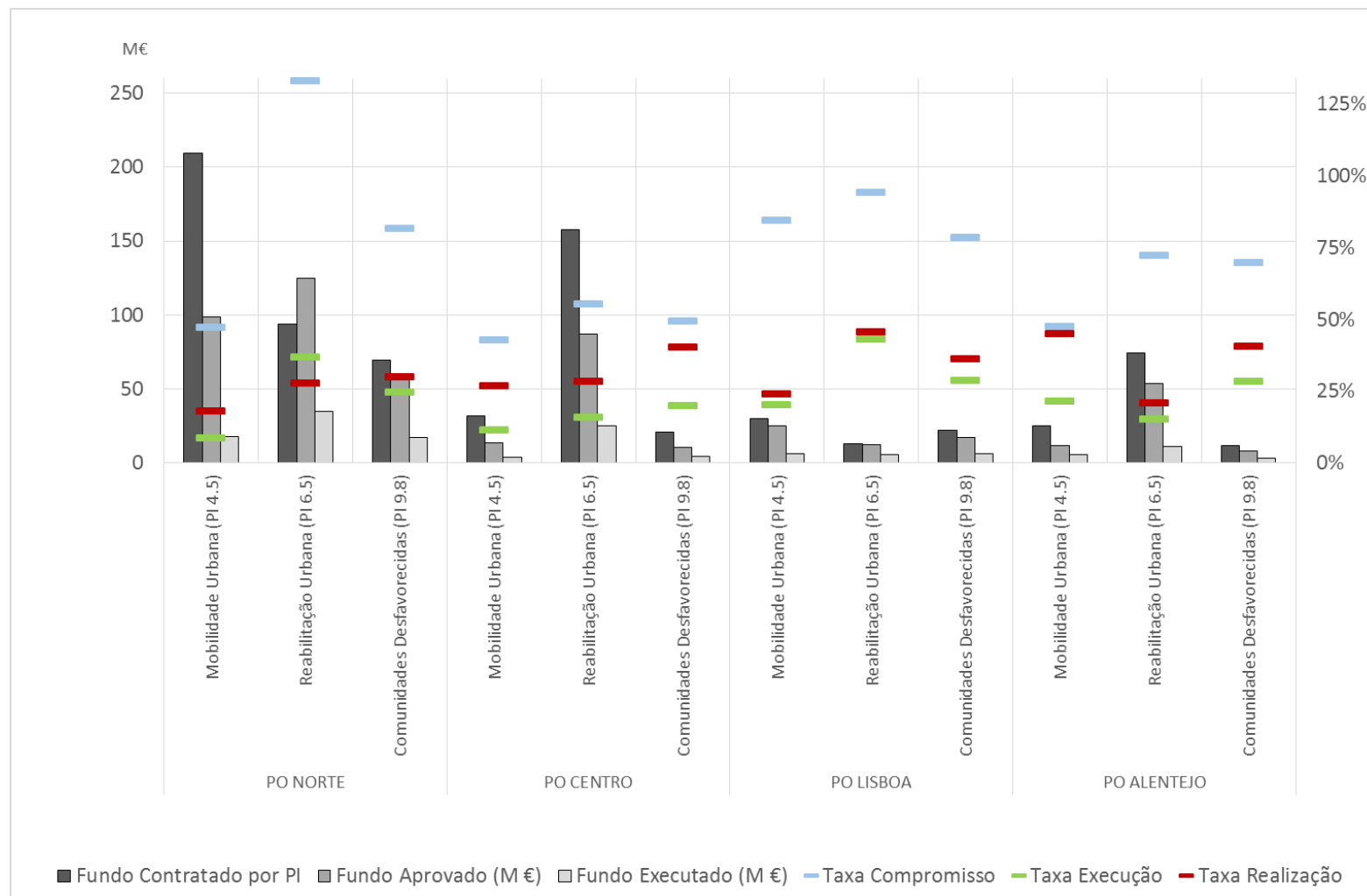
Zoom – PEDU

Ponto de situação do compromisso e execução (junho 2019)




Instrumentos territoriais no Portugal 2020: Compromisso e execução (junho 2019)

DUS/PEDU – Monitorização por PI (junho.2019)




Principais resultados

- 
- Existência de uma vasta experiência de instrumentos de governança multinível, em linha com as boas práticas internacionais;
 - Capacidade de criação de um nível subregional num curto espaço de tempo;
 - Melhoria contínua da capacidade dos atores;
 - Existência de instrumentos de reporte e avaliação (centrados na aplicação da Política de Coesão).


Principais desafios

- Definição clara de um modelo territorial (PNPOT) e de políticas de base territorial, que orientem a execução de todas políticas públicas (cofinanciadas ou não)
- Sustentabilidade das estratégias (credibilidade das políticas) – não confundir estratégia/governança/financiamento;
- Clarificação de competências entre os atores públicos...e envolvimento da Adm. Central nas estratégias regionais e sub-regionais (papel da CCDR);
- Racionalização/articulação de vários instrumentos com diferentes geografias e geometria de contratos variável (tratar diferente o que é diferente...e ser seletivo);
- Não substituir/complementar a fragmentação setorial com a fragmentação de estratégias territoriais;


Principais desafios



Instrumentos territoriais – maior flexibilidade que potencie a mais valia dos agentes territoriais na dinamização territorial em vez de os tornar reféns das tarefas administrativas de gestão dos fundos.




Novos modelos de provisão de serviços públicos (articulação urbano/rural, + mobilidade, novos métodos)



Tensão entre orientação estratégica e resultados financeiros;




Reforçar a cultura de avaliação nos instrumentos de contratualização multi-nível;



Manter as ações de capacitação dos atores a todos os níveis (local, subregional, regional e nacional);

Necessário ser persistente:

- 
- Resultados exigem tempo e políticas públicas coerentes com inovações incrementais;
 - Relevância da credibilidade, da qualidade das parcerias e da apropriação pelos atores.

Orientação para o Planeamento estratégico Subregional

Uma abordagem evolutiva, mais coerente e mais integrada

Âmbito territorial

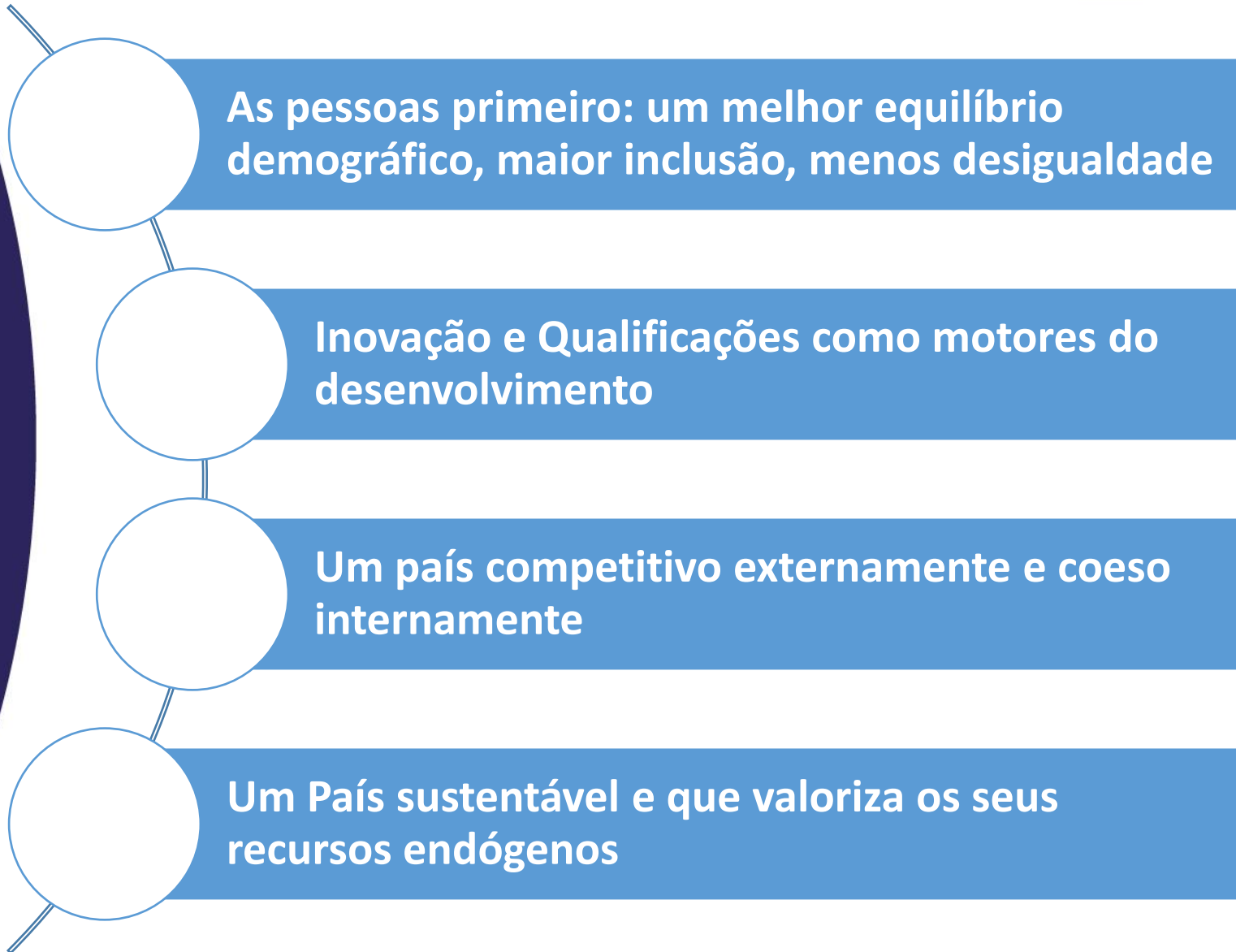
- NUTS III

Base estratégica

- Revisitação da EIDT
- Âmbito a definir em função da pertinência e da base estratégica existente (no mínimo inclui as competências municipais e intermunicipais)
- Inclui dimensão urbana (tendo presente modelo territorial do PNROT, com temática regeneração urbana integrada nas abordagens NUTS III e mobilidade urbana sustentável a assumir especial nas AM);
- Alinhamento com estratégia regional (declinação da estratégia regional nas sub-regiões ou apropriação das estratégias sub-regionais na estratégia regional);
- Para as diversas fontes de financiamento;

Atores a envolver

- Conselho Intermunicipal ou Metropolitano;
- CCDR; administração central desconcentrada; Representantes das principais atividades económicas; Representantes do Terceiro Setor; Representantes de outros setores (e.g. Ambiente, Transportes)



Obrigado

<http://www.adcoesao.pt/>

<http://www.portugal2020.pt>

<http://www.portugal2030.pt>



AD&C

Agência para o
Desenvolvimento e
Coesão, I.P.